



The Observatory of Social  
and Political Elites of Brazil

ISSN on line  
2359-2826

## **Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2012)**

Jean Lucas Macedo Fernandes (cesop/unicamp)

Marco Antonio Faganello (cesop/unicamp)

**newsletter**

v. 3 ▪ n. 7 ▪ junho, 2016

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

## Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2012)

### Notes on party migration in Brazilian municipalities (2000-2012)

**Jean Lucas Macedo Fernandes** (cesop/unicamp) \*

**Marco Antonio Faganello** (cesop/unicamp) \*\*

**Resumo:** Esta nota de pesquisa explora dados eleitorais municipais apontando padrões de comportamento dos candidatos e partidos em nível local. Tanto em discussões acadêmicas quanto no senso comum, discute-se muito sobre a “fraqueza” dos laços partidários nos municípios e a persistência de uma relação pouco estável entre candidatos e partidos. Não existiriam padrões de migração e de manutenção dos políticos locais em relações a suas agremiações partidárias. Esta pesquisa mostra uma realidade distinta: os partidos seguem estratégias distintas e coordenadas, em se tratando de migrar ou não. Uma conclusão mais geral é a de que as taxas de migrações vêm decaindo ao longo do tempo nos municípios e elas são diferentes em cada estado. A metodologia utilizada é quantitativa, com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo como escopo as eleições para prefeito e vereador (2000-2012).

**Palavras-chaves:** eleições municipais; partidos políticos; migração partidária; prefeitos; vereadores.

**Abstract:** This research note explores electoral data pointing some patterns about the behavior of candidate and parties in local level. Either in academic discussions or in the common sense, people talk a lot about the “weakness” of partisan connections at city level and the persistence of a rare stable relationship between candidates and parties. There wouldn’t be, then, patterns of migration and maintenance of political leaderships by their parties. This research shows a different reality: parties follow distincts and coordinated strategics, when it is about changing party or not. A general conclusion is that the migration taxes have been decreasing over time in the municipalities and they are different in each state. The methodology we use is quantitative, with informations taken from Tribunal Superior Eleitoral (TSE), and we study the elections for mayor and city councilors (2000-2012).

**Keywords:** municipal elections; political parties; party migration; mayors; city councilors.

A migração partidária possui dois momentos na história brasileira recente (Freitas, 2012).

Primeiramente, registrou-se um período de *reacomodação partidária*, no bojo do fim do regime militar e do bipartidarismo. Neste contexto, a migração poderia ser explicada por fatores conjunturais, como a transição democrática, que possibilitou a criação de novos partidos, e as trocas de legenda realizadas pelos parlamentares – que visavam apagar suas relações com o autoritarismo.

A fragilidade institucional e a falta de coesão dos partidos (Mainwaring, 1991; Ames, 2003), bem como a excessiva liberalização da legislação, também foram apontados como causas para a migração partidária intensa (Lamounier e Meneguello, 1986). Prevalencia o argumento de que a migração seria um fenômeno próprio do sistema político brasileiro, fruto da indisciplina parlamentar e do clientelismo (Mainwaring, 1991; Ames, 2003).

Após 1994, em um contexto de democracia mais estável, com partidos mais disciplinados no Congresso (Figueiredo e Limongi, 1999) e um sistema partidário em processo nacional de

estruturação (Braga, 2006), esses aspectos conjunturais da transição já não estavam mais tão evidentes. Isso acabou por tornar a troca de legenda um processo mais complexo e associado a diversos desafios (Freitas, 2012).

É a partir deste momento de maior estabilidade política que pretendemos analisar as migrações partidárias nos municípios brasileiros.

Acreditamos que há coordenação política exercida pelos partidos e lideranças nos três níveis de governo (Carneiro e Almeida, 2008) – ou seja, a política local não está isolada das demais dinâmicas políticas que ocorrem estadual e nacionalmente.

Nesse sentido, defenderemos o argumento de que a política local corresponde, em grande medida, a fenômenos e padrões observados nas demais esferas governativas (Trounstine, 2009).

Dado o grande número de candidatos e municípios, a aferição de uma taxa de migração que envolva todos os políticos de um determinado partido traz desafios. Para resolvê-los, desenvolvemos a seguinte técnica:

- 1) mapeamos o número do Título Eleitoral dos candidatos, presente nos bancos de dados de votação do TSE desde o ano 2000, determinando, assim, aqueles que se faziam presente, ao mesmo tempo, em duas eleições municipais consecutivas;
- 2) a partir desse universo de candidatos “reconcorrentes” (ou “segundanistas” – *sophomores*), analisamos a filiação partidária de cada candidatura, em cada uma das eleições consecutivas.

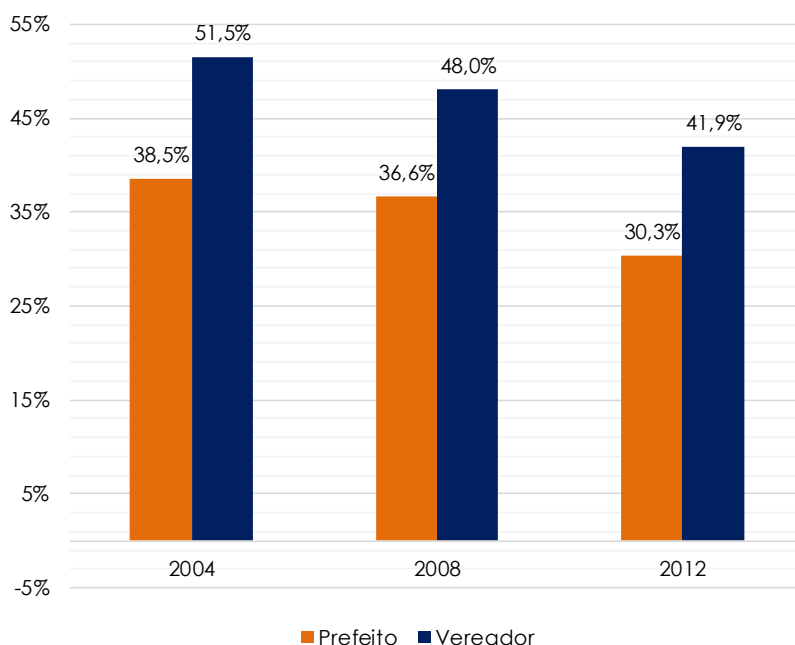
Assim, por exemplo, se a filiação de um candidato a vereador nas eleições de 2000 e 2004 fosse diferente (se ele estivesse concorrendo nessas duas eleições consecutivas por partidos distintos), determinamos que este candidato migrou de partido. Pelo contrário, caso a filiação fosse a mesma, o candidato em questão não teria migrado.

As taxas de migração, então, se referem ao absoluto de candidatos que reconcorrem em duas eleições consecutivas e não ao total de candidatos que o partido lançou em um determinado ano. Com esta abordagem, conseguimos trabalhar com uma quantidade significativa de dados em um espaço de tempo factível, possibilitando entender processos migratórios dos candidatos a partir de uma visão global.

O Gráfico 1 demonstra que os candidatos a vereador tendem a migrar mais – o que em muito está relacionado às características do voto proporcional utilizado para este cargo, onde os laços entre partidos e políticos tendem a ser mais tênues (Mainwaring, 1991).

Cerca de metade deles (47,1%) migrou de partido, entre 2000 e 2008. Entre os candidatos a prefeito, este número girou em torno de 35,1%, ao longo da série histórica. De modo geral, os dados apontam para a mesma direção: as taxas de migração partidária têm decaído ao longo dos anos 2000. De uma média de 45%, entre 2000 e 2004, a porcentagem de candidatos que mudam de partido cai para cerca de 36,1% (2008-2012). São valores consideravelmente maiores que para a Câmara Federal: a média entre 1995 e 2008 fica em 24% (Freitas, 2008, p. 41).

Gráfico 1 – Taxa de migração partidária entre candidatos a prefeito e a vereador (2000-2012)<sup>1</sup>



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE.

Corroborando com a observação de Freitas (2008) para o nível nacional, a mudança partidária não é a estratégia adotada pela maioria dos políticos – o que no caso do nível local é evidenciado pela queda nas taxas.

Há que se considerar, portanto, a influência dos partidos sobre o jogo político municipal e a sua capacidade de se projetarem como atores importantes no processo eleitoral (Carneiro e Almeida, 2008; Braga, Rodrigues-Silveira e Borges, 2012).

Quando distribuimos essas taxas de migração partidária por estado, alguns padrões são apontados.

O Mapa 1 apresenta as taxas médias de migração partidária dos candidatos a prefeito.

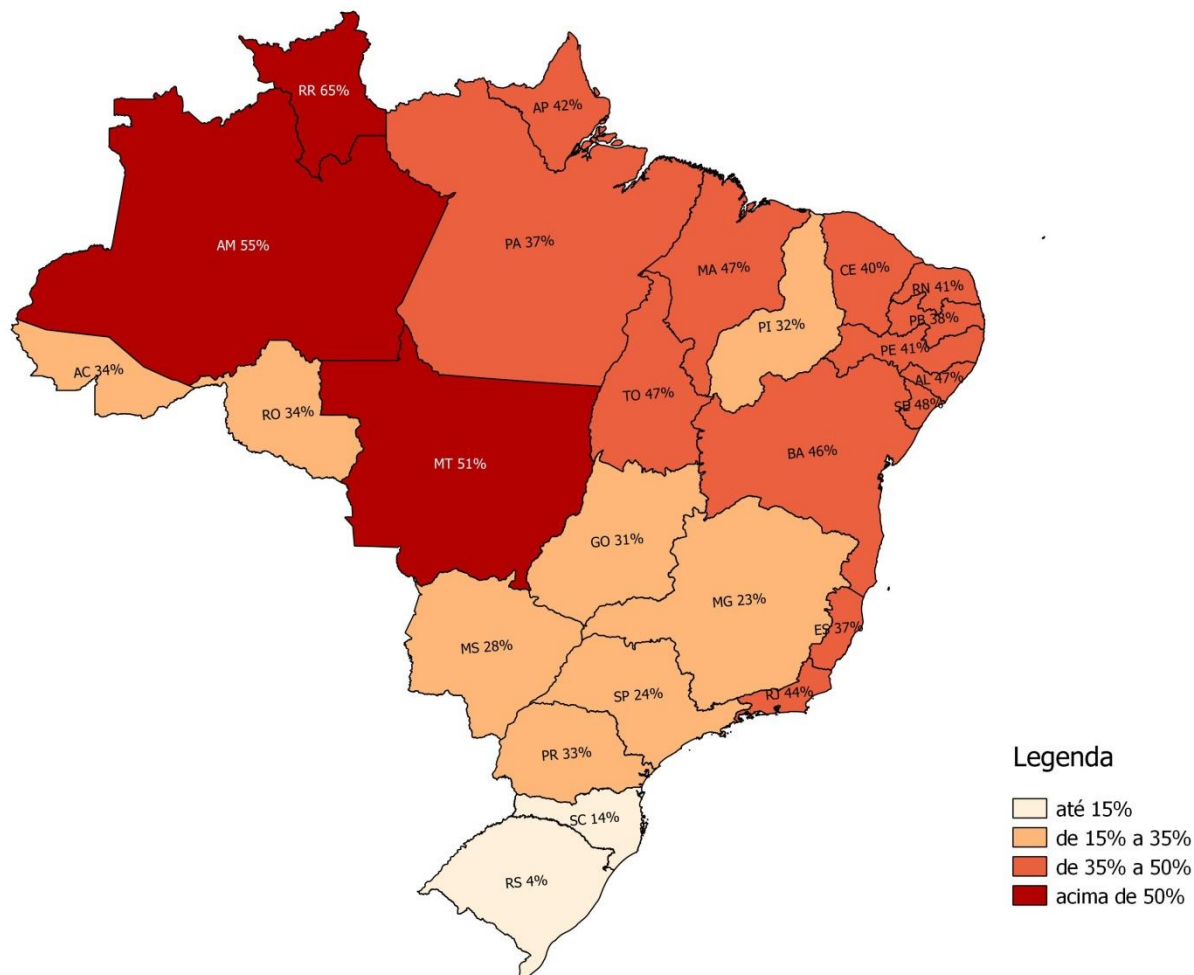
As regiões que apresentam mais candidatos migrantes são o Norte e o Nordeste, com praticamente todos os estados apresentando porcentagens superiores a 35% – Roraima, Amazonas e Mato Grosso são os que mais se destacam<sup>2</sup>. Outro dado que chama atenção diz respeito à região Sul.

Rio Grande do Sul e Santa Catarina são, de longe, os estados que têm menos migrações partidárias, com valores abaixo de 15%. São os dois estados com menor volume de trocas partidárias, também, no plano nacional (Freitas, 2008).

<sup>1</sup> Em números absolutos, os candidatos “reconcorrentes” (*sophomores*) são: **2004** (Prefeitos: 7.506/Vereadores: 117.385); **2008** (Prefeitos: 7.340/115.687); **2012** (Prefeitos: 6.716/Vereadores: 119.226).

<sup>2</sup> Em se tratando da Câmara Federal, Freitas (2008) indica que Roraima e Amazonas também são estados onde as trocas partidárias são mais intensas.

Mapa 1 – Taxas médias de migração partidária de candidatos a prefeito, por estado (2000-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Em relação aos candidatos a vereador, dois pontos se destacam no Mapa 2: 1) as taxas médias são bastante superiores em relação as do Executivo local; 2) novamente, as regiões Norte e Nordeste apresentam, em geral, maiores tendências à migração.

No entanto, percebe-se que alguns estados do Sudeste (Rio de Janeiro e Espírito Santo) também possuem níveis elevados de migração partidária. Até mesmo no Sul, quando comparamos com os dados para prefeito, notamos uma forte presença de candidatos migrantes.

Em termos comparativos, é notável que as regiões Norte e Nordeste apresentam maiores taxas de migração partidária.

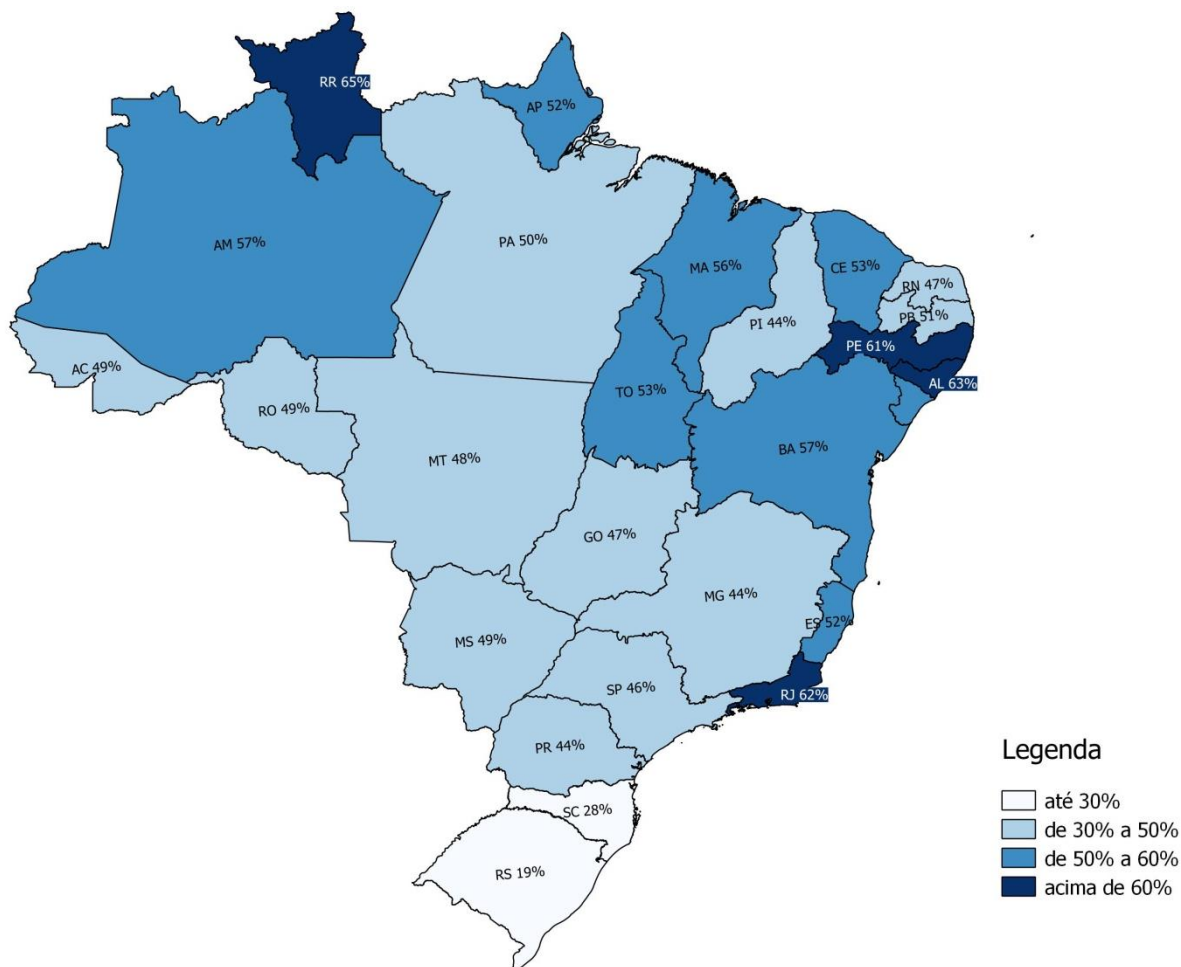
Muito disso se deve não apenas aos processos tardios de desenvolvimento e implantação dos partidos nessas localidades (Braga, 2006), mas também aos modos como ainda se constitui a dinâmica política local.

Avelar e Walter (2008) chamam atenção para mudanças estruturais que tem acontecido nesses municípios – urbanização, crescimento demográfico, industrialização e aumento na escolaridade, principalmente. Porém, as autoras concluem que, em termos de atuação política, os

laços partidários e o personalismo ainda se encontram fortemente presentes, colocando essas regiões em um processo lento de estruturação partidária.

As informações contidas nos mapas evidenciam este argumento.

Mapa 2 – Taxas médias de migração partidária de candidatos a vereador, por estado (2000-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Concentrando nos partidos políticos, identificamos alguns padrões, ao considerarmos a divisão por blocos ideológicos (esquerda, centro e direita - Tabela 1).

Para facilitar a mensuração e análise dos partidos, a separação obedeceu às classificações recorrentes (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Melo, 2004; Power e Zucco Jr., 2011; Codato, Bolognesi e Roeder, 2015).

Reconhecemos a existência de controvérsias quanto à posição ideológica de alguns partidos como PSDB e PMDB no centro ou na direita, por exemplo.

Porém, ponderando a partir das diversas perspectivas trazidas pelos autores que estudaram a fundo o tema, dividimos os partidos da seguinte maneira<sup>3</sup>.

Tabela I – Classificação dos partidos por blocos ideológicos

<b>Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Direita</b>		
PC do B	PMDB	PAN	PRN	PSL
PCB	PMN	PFL/DEM	PRONA	PST
PCO	PSDB	PGT	PRP	PT do B
PDT	PV	PL/PR	PRTB	PTB
PSB	PHS	PPB/PP	PSC	PTN
PSOL				
PSTU		PPS	PSD	PRB
PT			PSDC	

Fontes: Mainwaring, Meneguello e Power (2000); Melo (2004); Power e Zucco Jr. (2011); Codato, Bolognesi e Roeder (2015).

Há uma baixa tendência à migração entre os partidos de esquerda, que conseqüentemente apresentam maior capacidade de reter seus quadros (Gráfico 2 e Tabela 2). PT, PCdoB, PCO e PSTU se destacam, nesses dois sentidos. Isso se deve, em grande medida, à força organizacional<sup>4</sup> que esses partidos possuem (Braga, Rodrigues-Silveira e Borges, 2012), herdando a lógica de organização e estruturação dos partidos de massas (Duverger, 1970).

Em média, os partidos de esquerda conseguiram manter cerca de 60% de seus candidatos, de um pleito para outro. Esta tendência já era observada no plano nacional. Melo (2004) constata que partidos de esquerda mostram as menores proporções de deputados migrantes.

Para o nível local, os partidos mais bem-sucedidos nesse sentido são PSTU, PCO e PT. Em números absolutos, os dois primeiros apresentaram poucos candidatos ao longo da série histórica e, juntamente ao PSOL, são os partidos que menos lançam candidatos<sup>5</sup>.

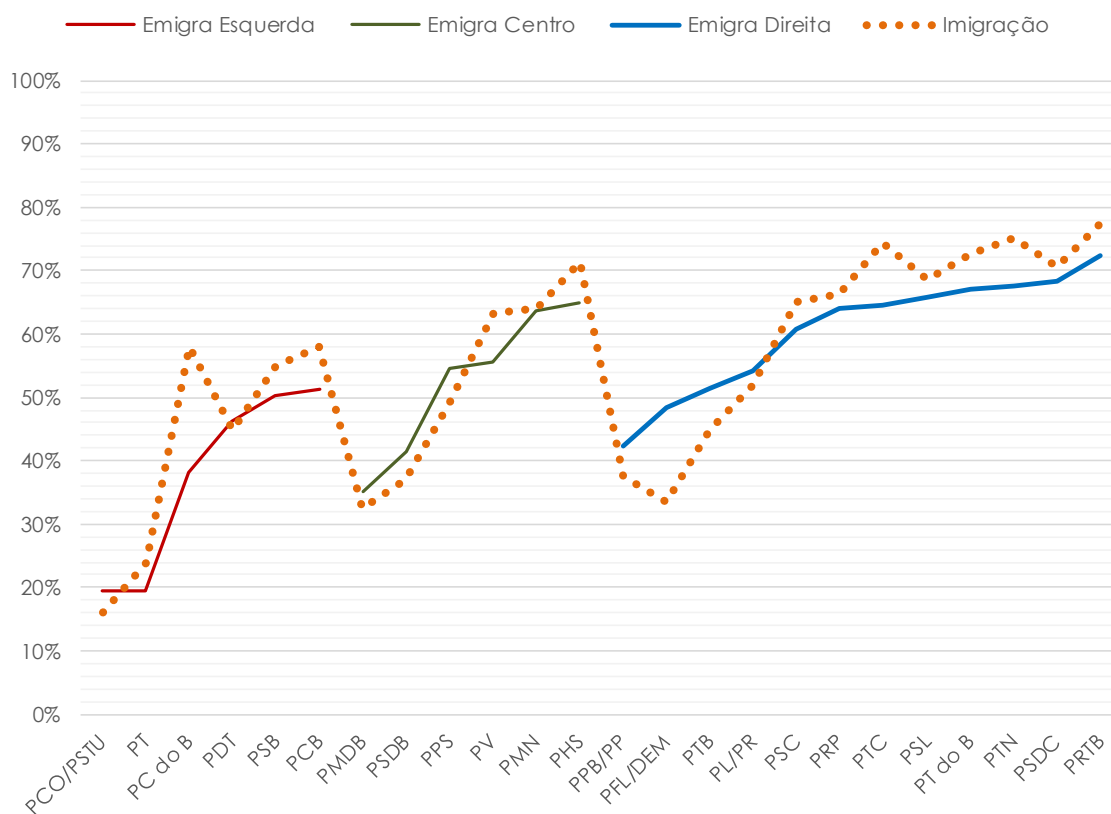
Mesmo assim, é importante frisar a capacidade de retenção de seus quadros – o que, em muito, se associa aos vínculos fortes que partidos de esquerda tendem a manter com suas lideranças e as bases (Duverger, 1970). Uma explicação plausível e mais geral para essa alta capacidade de preservação dos quadros à esquerda é apontada por Melo (2004), ao afirmar que políticos de esquerda tendem a ter maior necessidade da estrutura partidária para aumentar suas chances eleitorais; evitam, pois, perder recursos eleitorais importantes, como os laços com a militância e os movimentos sociais.

<sup>3</sup> As fusões e os rachas partidários foram considerados.

<sup>4</sup> A ideia de “força organizacional” está relacionada, dentre outros fatores, à capacidade da agremiação de se dispersar pelo território (principalmente com Diretórios) e de atrair filiados. Para maiores explicações sobre as duas variáveis, ver Speck (2013), Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) e Braga (2006).

<sup>5</sup> Total de candidatos, nos três ciclos eleitorais: PSTU – 90, 73 e 54; PCO – 44, 8 e 7; PSOL – 271 e 639 (2008 e 2012, respectivamente).

Gráfico 2 – Taxa de migração<sup>6</sup> média (ambos os cargos - %) (2000-2012) \*



\* Somente partidos que estão presentes em pelo menos duas séries de análise. PCO e PSTU foram analisados conjuntamente, devido ao baixo número absoluto de candidatos.

Fonte: Elaboração própria a partir do TSE.

No que se refere aos partidos de centro, a dinâmica é um pouco mais volátil, com índices mais elevados de migração partidária. Ainda assim, a estruturação partidária se revela como um importante fator explicativo para este fenômeno: afinal, PSDB e PMDB, os dois partidos mais nacionalizados e históricos do centro (Kinzo, 1993; Braga, 2006), apresentam as menores taxas, dentro deste grupo.

Ambos apresentam as maiores taxas de manutenção, neste bloco. Tanto PMDB quanto PSDB tem conseguido sucesso nesse processo, o que em muito se deve à capacidade organizativa de ambos no nível local – PMDB herdando as organizações municipais do antigo MDB (Kinzo, 1993) e PSDB, mais fortemente nas regiões Sul e Sudeste.

<sup>6</sup> A migração partidária pode ser analisada a partir de dois ângulos diferentes: (1) candidatos podem **emigrar** de um partido (ou seja, sair de um e ir para outro na eleição seguinte) ou (2) podem **imigrar** para um partido (concorrer por um partido diferente na eleição atual em relação à anterior). Utilizamos o mesmo conceito da demografia para salientar duas posições analíticas diferentes que são possíveis de serem realizadas nesse trabalho, pois (1) quando comparamos duas eleições e olhamos para a primeira em relação à segunda (2000 em relação a 2004, por exemplo) podemos verificar o número de perdas de candidatos que um partido teve, ou mesmo verificar para quais partidos esses candidatos emigraram na eleição seguinte. Inversamente, (2) quando olhamos para a segunda eleição em relação à primeira (2004 em relação a 2000), verificamos quantos candidatos ali são imigrantes e podemos verificar, por exemplo, de quais partidos eles vieram.



Tabela 2 – Preservação dos quadros pelos partidos, por bloco ideológico (2000-2012)

Partidos	Bloco Ideológico	2004	2008	2012	Média	
PC do B	ESQUERDA	35,7%	39,5%	50,7%	42,0%	
PCB		26,1%	38,5%	61,3%	42,0%	
PCO		20,5%	87,5%	100,0%	69,3%	
PDT		51,2%	51,8%	62,6%	55,2%	
PSB		38,0%	38,1%	58,8%	45,0%	
PSOL		-	-	59,8%	59,8%	
PSTU		87,8%	91,8%	94,4%	91,3%	
PT		68,8%	79,2%	80,0%	76,0%	
<b>Média</b>		<b>46,9%</b>	<b>60,9%</b>	<b>71,0%</b>	<b>60,1%</b>	
PMDB	CENTRO	66,8%	61,5%	74,3%	67,5%	
PSDB		56,7%	61,1%	70,9%	62,9%	
PMN		27,0%	33,6%	47,3%	36,0%	
PPS		38,3%	52,3%	62,9%	51,2%	
PV		19,7%	35,9%	54,3%	36,6%	
PHS		18,3%	29,8%	37,6%	28,6%	
<b>Média</b>			<b>37,8%</b>	<b>45,7%</b>	<b>57,9%</b>	<b>47,1%</b>
PFL/DEM	DIREITA	63,1%	62,7%	73,5%	66,4%	
PL/PR		34,2%	48,0%	61,9%	48,0%	
PP		57,7%	61,1%	68,8%	62,5%	
PRP		21,2%	42,0%	38,3%	33,8%	
PRTB		14,4%	23,4%	29,9%	22,6%	
PSC		27,2%	29,0%	48,8%	35,0%	
PSDC		16,7%	32,8%	38,9%	29,5%	
PSL		23,7%	33,1%	37,1%	31,3%	
PT do B		17,3%	28,9%	35,8%	27,3%	
PTB		48,1%	52,2%	65,5%	55,3%	
PTC		6,8%	34,4%	35,6%	25,6%	
PTN		10,7%	25,4%	38,7%	24,9%	
<b>Média</b>			<b>28,4%</b>	<b>39,4%</b>	<b>47,7%</b>	<b>38,5%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Já a direita é o campo que apresenta maior dinamização e volatilidade, se assemelhando a sua situação no plano nacional no que se refere à organização interna e à atuação política (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000).

Neste bloco, destacam-se principalmente PFL/DEM, PDS/PP e PTB, todos partidos com trajetórias históricas longas, remontando ao período de abertura política (Kinzo, 1993), e com ampla cobertura organizacional (Braga, Rodrigues-Silveira e Borges, 2012).

O PFL/DEM foi destacado por Melo (2004) como o único partido de direita capaz de evitar um número significativo de deserções na Câmara dos Deputados (a taxa de deserção, no início dos anos 2000, era de 23% em média). De fato, para o nível local, o partido consegue manter o destaque

no interior do bloco da direita, ao registrar uma taxa média de 66,4% de manutenção de seus candidatos às prefeituras e às câmaras. PP e PTB também apresentam porcentagens consideráveis (62,5% e 55,3%, respectivamente).

Melo (2004) mostra que os deputados federais eleitos por partidos de direita tendem a migrar mais.

Nos municípios, taxas bastante altas são observadas para todos os pequenos partidos. A exceção cabe, novamente, aos três partidos mais “históricos” e estruturados, no interior deste grupo ideológico. PFL/DEM, PDS/PP e PTB, no entanto, não deixam de sofrer também com as evasões, o que em muito está relacionado ao fenômeno mais geral da fragmentação partidária no Brasil.

Associado a isso, o caráter difuso das fronteiras partidárias internas da direita (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Melo, 2004) contribui para estes processos migratórios intensos neste campo ideológico.

Por fim, como apontado por Codato, Bolognesi e Roeder (2015), a capacidade dos novos e pequenos partidos de direita de atraírem as chamadas “novas lideranças políticas”<sup>7</sup> também pode ajudar a explicar o caráter fragmentário da direita partidária. Na medida em que não conseguem espaço nos maiores partidos, esses políticos tendem a procurar as pequenas e novas legendas da direita para lançarem suas candidaturas.

## Conclusões

De modo geral, os dados demonstram que há divisões bastante acentuadas entre as agremiações, quando consideramos a ideologia.

A direita, e em especial os pequenos partidos, se mostra bastante volátil e com dificuldades de perpetuar lideranças ao longo dos pleitos, com exceção de PFL/DEM, PDS/PP e PTB.

À medida que deslocamos para o centro e a esquerda, a tendência começa a se inverter. Partidos mais ao centro e à centro-direita, sobretudo os grandes (PMDB e PSDB) apresentam menores taxas de migração, ao passo que na esquerda, não apenas PT obtém sucesso considerável nesse processo, mas também legendas como PSTU, PCO e PDT.

No que concerne às regiões do país, Norte e Nordeste são aquelas onde os políticos locais tendem a migrar mais, sobretudo nos pleitos para as prefeituras.

Já entre os vereadores, as taxas médias ao longo da década de 2000 são maiores no Norte e Nordeste; porém, estados do Sudeste e Centro-Oeste também apresentaram percentuais elevados.

A tendência geral apontada pelas notas dessa pesquisa pode ser sintetizada, então, da seguinte maneira: candidatos a vereadores das regiões Norte e Nordeste, oriundos de partidos de direita, são aqueles que mais tendem a migrar de agremiação.

---

<sup>7</sup> Essa categoria *ad hoc* inclui, essencialmente, comunicadores e líderes religiosos – ocupações que supõem serem típicas dos partidos da nova direita, de perfil personalista (Codato, Bolognesi e Roeder, 2015). As bases dessas lideranças seriam sobretudo urbanas e difusas, ganhando maior espaço nas camadas médias e baixas do eleitorado.

Dois eixos investigativos para as causas deste fenômeno podem surgir, a partir destas constatações.

Por um lado, a dimensão institucional-formal, onde as regras do jogo eleitoral (lista proporcional aberta, distritos de elevada magnitude, etc.) incentivariam a migração partidária mais intensa nos legislativos locais.

Por outro lado, a questão contextual, na qual regiões específicas (Norte e Nordeste) tendem a oferecer um terreno mais propício para relações de cunho personalista e menos partidário; nestes espaços, portanto, maiores taxas de migração via agremiações de direita são observadas.

Acreditamos que os dados aqui apresentados possibilitam avançar na compreensão tanto das dinâmicas partidárias em nível local quanto das estratégias que perpassam não apenas os partidos, mas também seus candidatos nos mais diversos contextos.

## Referências

- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- AVELAR, L.; WALTER, M. I. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, 14 (1), 2008.
- BRAGA, M. S. S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.
- BRAGA, M. S. S.; RODRIGUES-SILVEIRA, R.; BORGES, T. Organización, territorio y sistema partidário: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidário em Brasil. *América Latina Hoy*, 62: 15-45, 2012
- CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. *Dados*, 51 (2): 403-432, 2008.
- CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs). *Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FREITAS, A. *Migração Partidária na Câmara dos Deputados*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo, FFLCH/USP, 2008.
- FREITAS, A. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. *DADOS*, 55 (4): 951-986, 2012.
- KINZO, M. D. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. Pesquisas, nº 1. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos*, n. 29, 1991, pp. 34-58.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo: Quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MELO, C. R. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

POWER, T.; ZUCCO JR., C. *O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SPECK, B. Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral Brasileiro. *Cadernos Adenauer*, 14 (2): 37-60, 2013.

TROUNSTINE, J. All Politics Is Local: The Reemergence of the Study of City Politics. *Perspectives*, 7 (3), 2009.

\* **Jean Lucas Macedo Fernandes** é mestrando em Ciência Política (IFCH/UNICAMP), bolsista CAPES. E-mail: [jeanlucasmf@gmail.com](mailto:jeanlucasmf@gmail.com)

\*\* **Marco Antonio Faganello** é mestrando em Ciência Política (IFCH/UNICAMP), bolsista CNPq E-mail: [marcofaga@gmail.com](mailto:marcofaga@gmail.com)

como citar:

Fernandes, Jean Lucas Macedo; Faganello, Marco Antonio. 2016. Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2012). **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.3, n.7, junho. p. 1-15. ISSN 2359-2826

## Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão Harvard autor-data.

As contribuições devem ser submetidas aos Editores através do endereço eletrônico: [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com)

Copyright© 2016



observatory of brazilian political and social elites  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

**Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826**

editores: Adriano Codato (ufpr); Wellington Nunes (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (ufpr); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto ( fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (ufpr); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/puc-pr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

**observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp  
rua general carneiro, 460 sala 904  
80060-150, curitiba – pr – brasil  
Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

## **Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.  
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Newsletters** are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com).